



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 26 939/2007

Considerando que:

Entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Francesa foi celebrado um acordo de cooperação cultural, científica e técnica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 28/71, de 6 de Fevereiro, através do qual se fixou um intercâmbio anual de assistentes franceses e assistentes portugueses em regime de reciprocidade, sendo o respectivo enquadramento legal o constante do Decreto-Lei n.º 8/91, de 8 de Janeiro;

Os assistentes franceses são cidadãos não nacionais, que exercem funções nos domínios da divulgação da respectiva língua e da cooperação cultural junto dos estabelecimentos portugueses dos ensinos básico e secundário, em regime de contratação a termo (n.ºs 1 dos artigos 1.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 8/91, de 8 de Janeiro);

A proposta de adjudicação e autorização de despesa n.º 830/DSEE/2007, de 19 de Junho, da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular relativa à contratação a termo de 14 assistentes de Francês, no período de 1 de Outubro de 2007 a 30 de Abril de 2008, em estabelecimentos de ensino público, mereceu despacho de concordância do Secretário de Estado da Educação, de 6 de Julho de 2007;

Tendo presente o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, e atento ainda o preceituado no n.º 1 do artigo 13.º do aludido diploma, justifica-se a adopção de medida de descongelamento excepcional das admissões do pessoal atrás referido, através do contrato de trabalho previsto no n.º 1 do artigo 44.º do citado Decreto-Lei n.º 184/2004;

Assim, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e reunidos que estão os pressupostos a que se refere o n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, determina-se que:

1 — Sejam descongeladas, com carácter excepcional, para o Ministério da Educação 14 admissões necessárias à celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo certo com assistentes de francês, que desempenharão funções nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário na dependência do mesmo Ministério durante o ano lectivo de 2007-2008, no período de 1 de Outubro de 2007 a 30 de Abril de 2008, com a distribuição funcional e geográfica constante da proposta de adjudicação e despesa n.º 830/DSEE/2007, apresentada pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e que faz parte integrante deste despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existência de cobertura orçamental.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia 4 de Outubro de 2007.

5 de Novembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

#### Assistentes de francês — 2007-2008

DRE	Número de assistentes
Norte .....	4
Centro .....	3
Lisboa .....	3
Alentejo .....	2
Algarve .....	2

### MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 26 940/2007

Considerando a publicação dos Decretos-Leis n.ºs 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), e 208/2007, de 29 de Maio, que aprovou a orgânica das administrações das Regiões Hidrográficas, I. P., abreviadamente designadas ARH, I. P., de entre as quais figura a ARH do Alentejo, I. P.;

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, no n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e no Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, determina-se:

1 — É nomeada presidente da comissão instaladora da ARH do Alentejo, I. P., a mestra em Geo-Recursos Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva.

2 — É nomeada vice-presidente da comissão instaladora da ARH do Alentejo, I. P., a licenciada em Economia Maria Rosa Pinelas Gouveia Catita.

3 — As presentes nomeações fundamentam-se na experiência profissional das ora nomeadas e na reconhecida aptidão das mesmas para o desempenho das funções inerentes aos cargos para que são nomeadas, tal como atestam, de resto, as respectivas notas curriculares que se publicam em anexo ao presente despacho e do qual fazem parte integrante.

4 — As presentes nomeações produzem efeitos a partir de 24 de Setembro de 2007.

12 de Setembro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

#### Currículo (resumido)

Identificação — Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva.  
Formação académica:

1994-1996 — mestrado em Geo-Recursos do Instituto Superior Técnico, Departamento de Minas, Centro de Valorização de Recursos Minerais;

1983-1988 — licenciatura em Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Experiência profissional:

Desde Setembro de 2005 — vice-presidente da CCDR do Alentejo com competências delegadas na área do ambiente;

De Dezembro de 2003 a Setembro de 2005 — directora do Departamento de Ambiente, Qualidade e Monitorização da EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva;

De Agosto de 2000 a Dezembro de 2003 — coordenadora do núcleo de qualidade ambiental da Direcção de Ambiente e Património da EDIA;

De Abril de 1991 a Julho de 2000 — engenheira do ambiente do Departamento de Ambiente da SOMINCOR — Sociedade Mineira de Neves Corvo;

De Dezembro de 1988 a Março de 1991 — responsável pela coordenação e elaboração de estudos de impacte ambiental de projectos florestais na EMPORSIL — Empresa Portuguesa de Silvicultura;

De Janeiro a Abril de 1991 — membro da equipa de trabalho PROAMBIO na elaboração dos capítulos relativos à caracterização da qualidade do ar e identificação e previsão de impactes do estudo de impacte ambiental da ampliação do aeroporto da Madeira;

Em 1988 — técnica superior da Comissão de Coordenação Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (DRARN), inventariação das emissões gasosas da sub-região do Oeste, estágio no gabinete de engenharia IMPACTO 2000 relacionado com moderação da qualidade da água e colaboração com a Fundação Luso-Americana em processos de consultoria na área de avaliação de projectos agro-industriais (minhocultura).

## Artigos publicados:

P. Sarmento, D. Catita, M. Ruivo e A. Ilheu, «Preparação da zona a submergir pela albufeira do Alqueva», conferência nacional de ambiente, APEA, Outubro de 2004;

P. Sarmento, «Gestão de resíduos na indústria extractiva, legislação nacional aplicável», simpósio europeu sobre legislação ambiental na indústria extractiva, IGM/ME/PEDIP, Lisboa, Novembro de 1998;

P. Sarmento, R. Morgado e B. Alves, «A gestão de informação na área ambiental — Caso de estudo da mina de Neves Corvo», IV Simpósio Internacional de Sulfuretos Polimetálicos da Faixa Piritosa Ibérica, Lisboa, Janeiro de 1998;

H. G. Pereira, P. Sarmento, F. Real e A. Franco, *Implementação de Um Sistema de Informação Geográfica para o Controlo e Planeamento Ambiental na Indústria Mineira*, Ingenium, Setembro de 1995, pp. 104-108, Lisboa, 1994;

F. Real, A. Franco, P. Sarmento e H. Gama, «O sistema de protecção ambiental da SOMINCOR», simpósio de sulfuretos polimetálicos de faixa piritosa ibérica, Évora, 1993;

J. R. Costa, E. Pereira, P. Sarmento e A. Gama, *Monitorização Integrada da Qualidade da Água, Indústria da Água*, pp. 30-39, Lisboa, 1992;

P. Sarmento, *A Integração dos Aspectos Ambientais na Actividade da Indústria Mineira, Geo-Sistemas*, pp. 47-61, Lisboa, 1992;

P. Sarmento e P. Teixeira, «Estudos de impacto ambiental de projectos florestais», Conferência Internacional de Produção Florestal, África do Sul, 1991.

**Currículo (resumido)**

Identificação — Maria Rosa Pinelas Gouveia Catita.  
Formação académica:

Licenciada em Economia pela Universidade de Évora, em 1994;  
Pós-graduada em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias, pela Universidade de Évora, em 1997.

Formação complementar:

Seminário de alta direcção, ministrado pelo INA;  
SIADAP e gestão por objectivos, ministrado pelo INA;  
Gestão por objectivos, ministrado pelo INA.

Actividade profissional:

1993-1994 — estagiária no âmbito do Programa Formação/Emprego do IEFP, tendo frequentado a componente prática na empresa União Eborense de Automóveis, em Évora;

De Fevereiro a Abril de 1995 — exerceu actividade, como formadora, no Centro de Formação da CGTP-IN, em Évora;

De Abril de 1995 a Agosto de 1999 — gestora da área departamental de Ciências da Natureza e Ambiente — AD/CNA, na Universidade de Évora;

De Setembro de 1999 a Março de 2001 — técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção Regional do Ambiente — Alentejo, afecta ao Gabinete de Coordenação e Apoio Técnico;

De Fevereiro a Abril de 2001 — coordenadora da Secção de Contabilidade da DRAOT-A;

De Março a Abril de 2001 — directora de serviços do Gabinete de Coordenação e Apoio Técnico, da DRAOT — Alentejo, em regime de substituição, em acumulação com a coordenação da Secção de Contabilidade;

De Abril de 2001 a Agosto de 2002 — directora de serviços Administrativos e Financeiros da DRAOT-A, em regime de substituição;

De Agosto de 2002 a Dezembro de 2003 — directora de serviços Administrativos e Financeiros da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo, precedendo concurso;

De Janeiro de 2004 a Abril de 2007 — coordenadora do Gabinete de Coordenação e Apoio Técnico, da CCDR — Alentejo;

Desde Maio de 2007 — exerce funções de assessoria no Gabinete da Presidência da CCDR — Alentejo.

Outros dados relevantes:

De Abril a Outubro de 2005 — colaboração, ao nível da coordenação da estrutura técnica, no Gabinete Coordenador do Programa POLIS, em acumulação com as funções anteriormente referidas;

Participação em diversos grupos de trabalho (qualidade dos serviços, introdução do euro, QREN, etc.);

Participações em júris de concurso de pessoal e em comissões de avaliação de propostas;

Desde Janeiro de 2006 — secretária do CCA (Conselho de Coordenação da Avaliação) da CCDR — Alentejo;

Diversas representações institucionais no âmbito de unidades de gestão e comissões de acompanhamento, durante a vigência do QCA II e III.

**Despacho n.º 26 941/2007**

Considerando a publicação dos Decretos-Leis n.ºs 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), e 208/2007, de 29 de Maio, que aprovou a orgânica das administrações das regiões hidrográficas, I. P., abreviadamente designadas por ARH, I. P., de entre as quais figura a ARH do Norte, I. P.;

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, no n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e no Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, determina-se:

1 — É nomeado presidente da comissão instaladora da ARH do Norte, I. P., o Prof. Doutor António José Guerreiro de Brito.

2 — É nomeada vice-presidente da comissão instaladora da ARH do Norte, I. P., a licenciada em Farmácia Maria do Rosário Freitas Pinhal Norton.

3 — As presentes nomeações fundamentam-se na experiência profissional dos ora nomeados e na reconhecida aptidão dos mesmos para o desempenho das funções inerentes aos cargos para que são nomeados, tal como atestam, de resto, as respectivas notas curriculares que se publicam em anexo ao presente despacho e do qual fazem parte integrante.

4 — As presentes nomeações produzem efeitos a partir de 24 de Setembro de 2007.

12 de Setembro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

**Currículo (resumido)**

Identificação — António José Guerreiro de Brito.

Formação académica, complementar e profissional — doutor em Engenharia Química e Biológica pela Universidade do Minho em 1997, licenciado em Engenharia do Ambiente pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa em 1984, com grau profissional de especialista em Engenharia Sanitária outorgado pela Ordem dos Engenheiros em 2002 e pós-doutoramento na Universidade dos Açores em 2006, é professor auxiliar de nomeação definitiva no Departamento de Engenharia Biológica da Universidade do Minho.

Actividade profissional — após a conclusão dos estudos universitários, iniciou a sua actividade profissional no domínio da gestão de recursos hídricos na Divisão de Hidráulica da Direcção de Serviços de Obras Públicas na Região Autónoma dos Açores, em 1984, tendo sido, também, consultor na área do saneamento ambiental entre 1986 e 1987, data em que foi contratado pela Universidade do Minho. A sua actividade docente foi suspensa entre 2000 e 2002 para exercer funções de director regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos da Secretaria Regional do Ambiente na Região Autónoma dos Açores. Responsável pela leccionação de disciplinas na área das tecnologias e gestão ambiental em cursos de mestrado e formação pós-graduada, integra o Instituto de Biotecnologia e Bioengenharia da Universidade do Minho e os grupos de investigação Bio4Environment e Biofilms. No âmbito da actividade científica, é supervisor de diversos estudos de doutoramento e de mestrado, com mais de cinco dezenas de artigos publicados em revistas internacionais da especialidade, congressos internacionais ou capítulos de livros. Responsável pela coordenação de projectos de investigação seleccionados para financiamento em concurso externo, participa em redes internacionais de investigação e desenvolvimento e contribui para as actividades de extensão universitária à comunidade através da prestação de serviços especializados nos domínios da gestão de recursos hídricos, águas residuais e valorização de resíduos.

Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros e da Sociedade Portuguesa de Simulação Ambiental e Avaliação de Riscos, participa na comissão instaladora da Associação de Engenheiros para o Desenvolvimento. É vogal do conselho Nacional da Água e secretário-geral do Conselho Regional da Água da Região Autónoma dos Açores.

**Currículo (resumido)**

Identificação:

Maria do Rosário Freitas Pinhal Norton;  
Técnica superior assessora principal do quadro da ex-DRAOT.

Formação académica, complementar e profissional:

Licenciatura em Farmácia, na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, concluída no ano de 1977;

Diversos cursos de curta e média duração, em especial na área do ambiente.